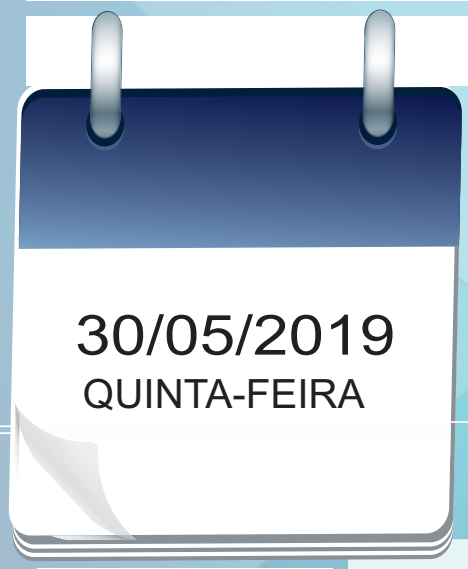
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O HOJE

Medida do TCE interrompe licitação da SES

DAYREL GODINHO*

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) determinou na tarde desta quarta-feira (29), por meio de uma medida cautelar, que seja interrompido o contrato da Secretaria Estadual de Saúde (SES) com a empresa Easyteck Serviços Técnicos Eireli, por não atender os requisitos de um processo de licitação realizado em novembro de 2018.

A medida foi deferida pelo conselheiro do TCE, Kennedy Trindade, e entende que o contrato seja interrompido até que se apure denúncia de que a empresa não atende os requisitos de um edital de concorrência.

A empresa vencedora do pregão venceu a licitação pelo menor preço por item oferecido, com o valor de R$ 1,8 milhão. E o contrato foi firmado em novembro de 2018, para a gestão global do Parque de Equipamentos do Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen). E a empresa teria que realizar serviços especializados em manutenção preventiva, corretiva, calibração e qualificação com fornecimento de peças, insumos, correlatos e consumíveis.

Saúde disse que avalia quais medidas podem ser tomadas

Denúncia

Apresentada por uma das firmas participantes da licitação, a Sertin Comércio e Serviços Técnicos de Instrumentação Ltda, que ficou em 4º lugar, com uma proposta R$ 1,8 mil maior do que a empresa vencedora.

Como denúncia, a empresa interessada afirmou que a Easyteck não teria a "acreditação junto ao CGCRE/Inmetro, a qual deveria ocorrer com base na NBR ISO/IEC 17025", ferindo assim o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

E apesar de ter supostamente descumprido o requisito, a empresa teria sido declarada vencedora destinado à contratação de serviços técnicos especializados na gestão dos equipamentos utilizados para análises no Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros, mesmo sem atender às regras de qualificação técnica. A situação teria sido apurada posteriormente por unidades técnicas da SES, no entanto a licitação ainda assim foi homologada.

Ao analisar preliminarmente o caso e, tendo em vista o risco e dano irreparável ou de difícil reparação ao interesse público, o conselheiro Kennedy Trindade concedeu a medida cautelar requerida e determinou a suspensão do procedimento e seus efeitos, na fase que a licitação se encontra.

Agora o processo foi encaminhado à Gerência de Fiscalização para manifestação técnica com a urgência que o caso exige. Após a apresentação das razões de defesa da SES e da análise da unidade técnica, o conselheiro pode manter a decisão, ou até de revisar a medida cautelar.

Citado na denúncia, o secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, o secretário só tomou posse em janeiro de 2019, no entanto é quem responderá pelo processo. O secretário tem o prazo de cinco dias para prestar esclarecimentos ao TCE.

Em nota, a SES informa que foi notificada pelo Tribunal de Contas do Estado sobre a medida cautelar a respeito do processo licitatório com a empresa Easyteck e está analisando as medidas cabíveis. A empresa foi procurada, no entanto não quiseram se pronunciar até entrar em contato com o departamento jurídico. **(*Especial para O Hoje)**

DIÁRIO DA MANHÃ

GESTÃO

Governos de Marconi causam prejuízos de R$ 30 bilhões a Goiás

Tucano governou o Estado por quatro mandatos, desde 1999. Nesse período, além do rombo deixado para o governo Caiado, outros R$ 25 bilhões se acumularam em déficits gerados em várias áreas

CLOVES REGES MAIA
PORTAL OPINANDO

Os governos de Marconi Perillo (PSDB), o tucano que governou Goiás por quatro mandatos desde 1999, pode entrar para o história de Goiás e do Brasil como o mais prejudicial às finanças públicas de um ente da federação de que se tem notícias. Durante os últimos 20 anos, dos quais 16 tiveram Perillo no comando do executivo e outros quatro como a maior força política do Estado, os rombos acumulados nas contas públicas de Goiás podem ultrapassar R$ 30 bilhões.

Apenas do caso da Celg-D, vendida para a italiana Enel em 2016 pela bagatela de R$ 800 milhões, o prejuízo para os cofres públicos, considerando a perda do valor de mercado da companhia (R$ 5,2 bilhões), mais a dívida da Caixa assumida pelo Estado, de R$ 2,4 bilhões, e os incentivos fiscais dados à compradora para fazer frente aos contenciosos da Celg, no valor de aproximadamente R$ 5 bilhões, alcança R$ 12,6 bilhões.

Ex-governador Marconi Perillo

Já o déficit de caixa das obrigações financeiras do governo de Goiás que independeriam de autorização orçamentária para o efetivo pagamento ou repasses, tais como consignados, compulsórios e outros depósitos de diversas origens, atingiriam o montante de R$ 7,1 bilhões. Apenas para a formação do Fundeb, o governo de Marconi Perillo teria deixado de repassar R$ 5 bilhões.

Em novembro do ano passado, o Ministério Público acionou judicialmente o ex-governador de Goiás em oito ações de improbidade administrativa acusando-o, entre outros crimes, de ter deixado de aplicar quase R$ 3 bilhões na saúde e na educação, descumprindo, portanto, as vinculações constitucionais. O MP-GO questiona, ainda, a remissão fiscal dada por Perillo à JBS Friboi, em 2014, no valor de quase R$ 1 bilhão. No total, o Ministério Público quer que Marconi devolva ao erário R$ 6,78 bilhões.

Também continuavam em aberto os rombos na conta centralizadora e conta única do Estado, que foram constatados em auditoria da área técnica do Tribunal de Contas do Estado e que atingiram R$ 1,2 bilhão ao final de 2017.

Soma-se a todos esses valores assinalados os mais de R$ 6,06 bilhões, que é o rombo detectado pelo atual governo de Goiás, e teremos um negativo total de incríveis R$ 30,9 bilhões, que seriam o legado fiscal e financeiro dos governos Marconi Perillo para o Estado de Goiás.

O POPULAR

Goiás terá mais R$ 2,2 bi para o Minha Casa Minha Vida

IMÓVEIS Estado, que já tinha utilizado todos os R$ 776 milhões que haviam sido liberados este ano, é o terceiro no País em volume de contratações

Robson Santos, construtor: sem financiar, não tem como começar novas obras

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

Goiás vai receber um reforço de R$ 2,2 bilhões para o financiamento de obras dentro do programa Minha Casa Minha Vida este ano. Esta verba adicional foi viabilizada através de um remanejamento de recursos do programa, publicado ontem no Diário Oficial da União. O Estado, que já tinha utilizado todos os R$ 776 milhões que haviam sido liberados este ano, é o terceiro do País em volume de contratações e, hoje, tem várias obras paradas à espera da retomada dos financiamentos.

O Secretário de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Celso Matsuda, já havia anunciado que o remanejamento orçamentário foi feito para atender os Estados com grandes demandas, como Goiás. Para o presidente da Associação dos Construtores do Estado de Goiás (ACEG), Fábio Candine, houve um erro de cálculo, pois nem mesmo este recurso adicional será suficiente para atender toda as três faixas do programa durante todo este ano.

Isso porque já existe uma demanda reprimida à espera de recursos. Segundo ele, estimativas da própria Caixa Econômica Federal apontam que existem, hoje, cerca de 3 mil contratos represados à espera dos recursos no Estado, o que corresponde a cerca de R$ 300 milhões. "Estes são financiamentos que já devem ser liberados imediatamente, logo que essa suplementação estiver disponível no banco", destaca Fábio.

Mas a expectativa dos construtores é que a operacionalização seja rápida. O presidente da ACEG lembra que os pequenos construtores goianos estão com obras paradas porque ainda não receberam o dinheiro das últimas casas que construíram e já foram vendidas. "Enquanto não recebermos, não temos como voltar a construir", ressalta.

Se os contratos forem assinados na próxima semana, após o cumprimento de todos os trâmites legais, a estimativa é que os construtores consigam receber os valores dos financiamentos a partir do próximo dia 20 de junho. "Enquanto isso, estamos parados, o que interrompe toda cadeia produtiva, como lojas de material de construção, prestadores de serviço e a mão de obra, que fica sem trabalho e renda. É menos dinheiro circulando na economia", adverte.

SUBSÍDIO

Atualmente, existem cerca de 2,5 mil construtores no Estado, que empregam entre 6 e 7 funcionários em cada obra. Cada imóvel é comercializado por uma média de R$ 150 mil e a Caixa financia até 80%, o que resulta numa média de R$ 100 mil por contrato. Fábio Candine informa que a instrução também trouxe um aumento do subsídio para Goiás, de R$ 167 milhões para R$ 381 milhões.

O construtor Robson Santos conta que o setor enfrenta o problema da falta de verbas no Estado desde setembro do ano passado. Segundo ele, os recursos liberados no mês de março só foram suficiente para 15 dias. Goiás foi o único Estado a ficar sem reservas. "Sem financiar os imóveis já prontos, não temos como começar novas obras e estamos parando as que estão em andamento", informa.

Robson conta que espera a liberação do dinheiro de duas casas que estão com processo parado no banco e que já está paralisando três obras que estavam em andamento, até que os recursos cheguem. De acordo com ele, apesar da expectativa da liberação, existem trâmites que precisam ser seguidos, o que deve levar, pelo menos, entre 20 e 30 dias.

Outro problema, que já foi reconhecido pelo secretário nacional de Habitação, é que muitas dessas casas que aguardam a liberação dos financiamentos para novos proprietários acabam sendo invadidas, depredadas e roubadas, resultando em prejuízo para os construtores.